



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/RO

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO Nº
(Processo Administrativo nº)

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI FAZEM A
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA
E A**

A UNIÃO, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA, com sede na Av. Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional, Porto Velho/RO, CEP 76.882-449, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0038-28, neste ato representada pela Sr(a). LARISSA MAGALHÃES NASCIMENTO, Delegada de Polícia Federal, nomeada pela Portaria nº 755 de 18 de Janeiro de 2023, publicada no DOU de 18 de Janeiro de 2023, e a subdelegação de competência conforme Portaria 17.573 - DG/PF, de 17 de Fevereiro de 2023, publicada no Boletim de Serviço - Extra nº 035, de 17.02.2023, portadora da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso para a futura locação de prédio a ser construído ou adaptado que abrigará a sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, decorrente da n., sob a forma eletrônica....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O imóvel (instalações) a **construir ou adaptar** estará disponível para efetiva ocupação e utilização pela Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, livre e desembaraçado, em até (.....) meses após a assinatura deste Termo de Compromisso, com uma tolerância de 2 (dois) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia compromete-se a locar o prédio a ser **construído ou adaptado**, no seguinte endereço, área construída de (....) e terreno medindo (.....), cuja contratação vincula-se ao Termo de Referência, Aviso de Dispensa Eletrônica, Proposta da futura locatária e outros anexos dos supracitados documentos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA DO IMÓVEL

3.1. O futuro contratado (locador, construtor/empreendedor), obriga-se a entregar o imóvel para ocupação, livre e desembaraçado de qualquer ônus ou impedimento, em perfeitas condições e de acordo com o(s) projeto(s) executivo/arquitetônico, aprovado(s) pelo GTED/SR/PF/RO e pela equipe de engenharia do SETEC/SR/PF/RO, e demais peças técnicas que vinculam o presente, no prazo de (.....) meses, com tolerância de até 2 (dois) meses. Toda e qualquer alteração posterior no projeto deve ser submetida à aprovação do citado Setor/Equipe.

3.2. O imóvel deverá ser entregue contendo toda infraestrutura de climatização, hidráulica, elétrica, lógica, segurança, sistema de CFTV (sistema de câmeras de segurança, com câmeras IP Full HD), telefonia imediata, e atender os demais aspectos técnicos, de acordo com o padrão utilizado pela Polícia Federal, obedecendo as especificações do Termo de Referência, bem como do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Programa Arquitetônico, Caderno de Características Técnicas Mínimas, Caderno de Padronização da Polícia Federal e do Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE E ENCARGOS DA CONSTRUÇÃO

4.1. Compete ao CONTRATADO/FUTURO LOCADOR:

4.1.1. Apresentar os projetos em sua versão final em até 03 (três) meses, após assinatura do presente, à SR/PF/RO para

aprovação, que depois de aprovados, no prazo de 02 (dois) meses para emissão de alvarás e aprovação dos mesmos nos órgãos competentes.

4.1.1.1. Durante o período acima mencionado, a SR/PF/RO supervisionará/fiscalizará a elaboração dos projetos.

4.1.2. Responsabilizar-se pela construção do imóvel objeto deste Termo de Compromisso, assim como assume a responsabilidade pela reparação de eventuais vícios decorrentes da construção.

4.1.3. Contratar seguro da obra e de risco de engenharia, para minimizar os riscos inerentes ao empreendimento, durante o período de sua execução.

4.1.4. Todo o custo para a execução da obra/das adaptações, nos termos do projeto arquitetônico/executivo e memorial descritivo, será suportado pelo futuro locador, assim como providenciará, as suas expensas, a instalação de geradores de energia elétrica, nobreak, da rede lógica, dos sistemas de segurança, elevadores, ventilação, climatização, energia fotovoltaica, dentre outros.

4.1.5. Manter a SR/PF/RO informada acerca do andamento da construção/das adaptações e do cumprimento do cronograma sempre que tal informação for solicitada por representante(s) da Administração designado(s) para acompanhar o cumprimento das cláusulas do presente Termo.

4.1.6. Permitir visitas de acompanhamentos realizadas por representante(s) da Administração mediante agendamento prévio.

4.1.7. Realizar todas as adequações necessárias que porventura sejam solicitadas pela Administração, na hipótese de ocorrer alguma desconformidade com o projeto arquitetônico/executivo apresentado e aprovado pela SR/PF/RO.

4.2. A SR/PF/RO deverá:

4.2.1. Acompanhar o andamento da construção/das adaptações e seu respectivo cronograma por meio de servidor designado para este fim, em vista do cumprimento do prazo estabelecido no Aviso e mencionado na cláusula primeira.

4.2.2. Conceder prazo razoável para o proprietário do imóvel fornecer informações acerca da obra/das adaptações.

4.2.3. Comunicar previamente a intenção de realizar visita in loco para acompanhar o andamento da construção/das adaptações.

4.2.4. Realizar vistoria prévia a fim de atestar a conformidade do imóvel a ser entregue.

4.3. Para a elaboração dos projetos, deverão ser observadas as diretrizes do Termo de Referência, anexo do Aviso, bem como do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Programa Arquitetônico, Caderno de Características Técnicas Mínimas, Caderno de Padronização da Polícia Federal, Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal, este Termo de Compromisso, demais anexos e legislações/normativos vigentes.

4.3.1. Se a SR/PF/RO indicar alterações nos projetos conceder-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para as correções e retificações, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, sem incidência de multa.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Cumprida a Cláusula Terceira e verificado que o custo da locação não excede ao mês a 1% (um por cento) do valor de mercado do imóvel, determinado por meio de Laudo Técnico de Avaliação de Imóvel, emitido por profissional/equipe de engenharia designado(a) pela SR/PF/RO, utilizando-se norma brasileira vigente (NBR 14.653/2019), a Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia firmará contrato de locação entre as partes, no valor do m² de R\$ () e total de R\$ (), detalhado abaixo, devidamente aprovado pela Equipe Técnica e ratificado pela autoridade competente, documentos, valor que será atualizado, tendo como data-base a assinatura do presente.

Item 1 - Locação de imóvel, na modalidade built to suit (locação sob demanda), com facilities de manutenção predial , preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de m² (.....), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, em um terreno com área mínima de m² (..... metros quadrados), por um período de 180 (cento e oitenta) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.							
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE ÁREA CONSTRUÍDA (A)	VALOR DO M² (B)	VALOR MENSAL DAS FACILITIES (R\$)	VALOR MENSAL (R\$) (A * B)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR TOTAL EM 180 MESES RS
1	Unidade						

5.2. A contratação da locação deverá contemplar um prazo de carência de 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva entrega do imóvel, considerando a necessidade de a SR/PF/RO proceder a eventuais adaptações/instalações, necessárias à sua ocupação e imediato funcionamento, para fins de emissão da nota fiscal/recibo referente ao período adimplido.

5.3. O valor da locação não poderá exceder, ao mês, 1% (um por cento) do valor do bem locado.

6. CLÁUSULA SEXTA

6.1. A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, a partir da finalização e efetiva entrega do imóvel, arcará com as despesas de energia elétrica, taxas de água e esgoto e, decorrido o prazo de carência acima estipulado (5.2), também com as despesas de aluguel.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução deste Termo de Compromisso, durante a **construção/adaptação do imóvel**, será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da SR/PF/RO, mediante representante ou comissão especial por ela indicado, com autoridade para exercer em seu nome toda e qualquer orientação geral, controle e fiscalização, principalmente quanto:

- a) à conformidade das condições ou exigências impostas pela SR/PF/RO com as contidas neste Termo; e
- b) à adequação dos procedimentos utilizados pelo futuro locador em relação às exigências da legislação que regulamente ou que venha a regulamentar a relação objeto deste Termo.

7.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse da SR/PF/RO, não excluindo a responsabilidade do futuro locador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus atos e, na sua ocorrência, não implicando corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

8. CLÁUSULA OITAVA

8.1. O futuro locador/proprietário/empreendedor, deverá apresentar, por ocasião da assinatura do contrato de locação, os seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa Municipal do IPTU;
- c) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- d) Averbação da construção do prédio no Registro de Imóveis;
- e) Documentação referente à propriedade ou direito de uso do imóvel perante o Registro de Imóveis em seu nome;
- f) Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI e Carta de Habite-se do imóvel.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor mensal da futura locação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 1% a 30% do valor da futura locação.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 1% a 30% do valor da

futura locação.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 1% a 30% do valor da futura locação.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 0,5% a 25% do valor da futura locação.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 0,5% a 25% do valor da futura locação.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.4. Todas as sanções previstas neste poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

9.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

9.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Rondônia - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo.

10.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e pactuados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações da Polícia Federal, para que produza os devidos efeitos.

Porto Velho/RO, na data da(s) assinatura(s) eletrônica(s).

Superintendente Regional Responsável legal da SR/PF/RO (assinatura eletrônica)	Representante legal Contratado (assinatura eletrônica)
---	---

TESTEMUNHAS:

- 1-
2-

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL
EM RONDÔNIA E
.....

A União, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA**, com sede na Av. Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional, em Porto Velho/RO, CEP 76.882-449, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0038-28, neste ato representada pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da **empresa OU procuração** apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da n. .../... , sob a forma **eletrônica**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especiais de **LOCAÇÃO DE IMÓVEL, na modalidade *built to suit* (locação sob demanda), com *facilities* de manutenção predial**, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), **em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de m² (.....)** (indicar a área da proposta), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, **em um terreno com área de m² (..... metros quadrados) (indicar o terreno da proposta)**, situado no endereço, em Porto Velho/RO, objeto da matrícula nº, doº Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de, para abrigar as instalações da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, por um período de 180 (cento e oitenta) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item 1 - Locação de imóvel, na modalidade *built to suit* (locação sob demanda), com *facilities* de manutenção predial, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), **em imóvel adaptado ou a ser construído, de área construída de m² (.....)**, englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, **em um terreno com área mínima de m² (nove mil metros quadrados)**, por um período de 180 (cento e oitenta) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	ÁREA CONSTRUÍDA (A)	VALOR DO M² (B)	VALOR MENSAL DAS FACILITIES (R\$)	VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO (R\$) (A * B)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR TOTAL EM 180 MESES R\$
1	Unidade						

1.3. Não são objeto de precificação, atribuição de valor na locação:

- a) as metragens de áreas acrescidas por exclusivo interesse, conveniência ou necessidade do contratado, ainda que integrantes da área construída disponibilizada ao uso e domínio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia;
- b) as áreas de circulação e vagas de veículos, cobertas ou não.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4.5. Termos de Vistoria, de Recebimento e de entrega das chaves do imóvel.

1.5. O presente Contrato obriga as partes contratantes e seus sucessores a respeitá-lo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **180 meses** contados da entrega do imóvel, prorrogável por até 420 meses, na forma do artigo 110, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021 c/c com o §2º, art. 9º da IN SEGES/ME nº 103, de 2022.

2.2. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data de entrega definitiva do imóvel, mediante Termo de recebimento definitivo, precedido de vistoria das instalações.

2.3. Este Contrato continuará em vigor em qualquer caso de transferência do domínio do imóvel por venda, doação, dação em pagamento, herança, e quaisquer outras hipóteses de alienação ou de transferência da posse indireta. Para esse fim, o presente Contrato será averbado no Cartório de Registro de Imóveis competente, conforme Lei nº 8.245/1991, artigo 8º.

2.4. Tendo em vista o interesse público envolvido na presente contratação, não poderá o Locador destituir a Locatária da posse direta do imóvel, nem poderá turbar-lhe o uso, reaver o imóvel, rescindir unilateralmente o Contrato, antecipar o prazo de vigência contratual originalmente contratado.

2.5. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, com a certificação de compatibilidade do valor do aluguel com o de mercado, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.8. Caso qualquer das partes contraentes não tenha interesse na prorrogação, deverá enviar comunicação formal a outra parte, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

2.9. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados deverão ser reduzidos ou eliminados a partir do primeiro ano de vigência da contratação.

2.10. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições.

4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1. Serviços de locação de imóvel.

4.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.3.1. Projetos específicos, tais como: projeto de prevenção e combate a incêndio, projeto de elevadores, projeto elétrico de subestação e geradores (se for o caso) e projeto de rede lógica e estabilizada;

4.3.2. Serviços de execução de obra;

4.3.3. Serviços de manutenção predial.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor mensal da locação é de R\$, devido pela contratante após o prazo de carência de 30 dias, contados da efetiva entrega do imóvel em, correspondente a R\$ por m² (metro quadrado) e a área construída de, perfazendo o valor anual de R\$ (....) e total de R\$ (....) em meses, já contemplado o valor das facilities de manutenção predial.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos (IPTU,,), condomínio, seguro contra incêndio, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. No primeiro e no último mês de Contrato, o valor a ser pago será proporcional aos dias de locação.

5.4. O valor referente as facilities poderá variar a depender da implementação e aplicação do Instrumento de Medição de Resultado previsto no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), no respectivo período acumulado de 12 (doze) meses, observado o limite de 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado do imóvel locado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o contratado/locador obriga-se a negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

7.2.2. Caberá a contratante (locatária) designar e/ou contratar profissional habilitado no conselho profissional competente para o ato de revalidar o laudo ou reavaliar o valor de mercado do imóvel a fim de garantir que o valor do reajuste não fique superior a 1% do valor do bem.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, observando-se sempre o limite de 1% (um por cento), ao mês, do valor de mercado do imóvel revalidado/reavaliado.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (LOCATÁRIA) (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do contratado/locador, sendo assegurado à contratante, locatária, o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;

8.1.4. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR, salvo as adaptações consideradas convenientes ao desempenho das suas atividades;

8.1.5. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à contratante (locatária);

8.1.6. Pagar as despesas quanto ao consumo de água e esgoto, gás, energia elétrica, força, telefone, internet;

8.1.7. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

8.1.8. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

8.1.8.1. É vedada a sublocação, o empréstimo ou cessão do referido imóvel em parte ou no seu todo, sem autorização do Locador;

8.1.9. Realizar a vistoria do imóvel, antes do recebimento das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;

8.1.10. Comunicar ao Locador qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba;

8.1.11. Notificar o Contratado (locador), por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.13. Comunicar o contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.15. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.16. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.17. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.17.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.18. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.1.19. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.21. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

8.1.21.1. Os vícios e/ou defeitos que não constarem no Termo de Vistoria feito na devolução do imóvel serão de responsabilidade do locador.

8.1.22. Quando da devolução do imóvel, a locatária poderá efetuar, em substituição a sua recuperação, pagamento a título de indenização, com base no termo de vistoria a ser confrontado com aquele firmado no recebimento do imóvel/espaco físico,

desde que existam recursos orçamentários e que seja aprovado pela autoridade competente, além da concordância do locador, inclusive quanto ao valor a lhe ser indenizado.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (LOCADOR) (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, em perfeito estado de limpeza, segurança, conservação e em pleno funcionamento de suas instalações de água, luz e esgoto, observando, ainda, as seguintes condições:

- a) Documentação referente à propriedade ou direito de uso do imóvel perante o Registro de Imóveis em seu nome.
- b) Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI devidamente registrado/aprovado junto ao órgão competente, acompanhando do laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros aprovando a edificação;
- c) Carta de Habite-se do imóvel, emitida pela Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO;
- d) Averbação da construção do prédio no Registro de Imóveis;
- e) “*As built*”, elaborado pelo responsável pela execução da edificação;
- f) Outras aprovações porventura necessárias.

9.1.2. Auxiliar a LOCATÁRIA na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

9.1.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

9.1.4. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

9.1.5. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU), taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, bem como eventuais outros encargos/taxas incidentes sobre o imóvel cujo pagamento não incumba à LOCATÁRIA;

9.1.6. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de infraestrutura de climatização, hidráulica, elétrica, lógica, segurança, sistema de CFTV (sistema de câmeras de segurança, com câmeras IP Full HD), telefonia imediata, elevadores, dentre outros, com laudo técnico atestando a adequação, segurança e funcionamento dos equipamentos;

9.1.7. Realizar a manutenção preventiva, corretiva e preditiva da edificação durante todo o prazo de locação, fornecendo todos os insumos, peças, materiais e mão de obra qualificada, a fim de manter o perfeito funcionamento das instalações e seus equipamentos.

9.1.8. A manutenção predial compreenderá, às suas expensas, respeitando os seguintes prazos:

9.1.8.1. Sistema de ar-condicionado em até 4h (quatro horas) após a abertura do chamado;

9.1.8.2. Pintura interna, externa e limpeza de fachadas deverá ser realizada a cada 3 (três) anos, ou em período inferior quando demonstrada a necessidade;

9.1.8.3. Redes de água fria e água pluvial em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado;

9.1.8.4. Redes de esgotamento sanitária, bombas de água e esgoto e sistema de tratamento em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado;

9.1.8.5. Rede elétrica, motores elétricos, portões automáticos e rede estabilizada em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado;

9.1.8.6. Rede lógica, telefônicas e sem fio em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado;

9.1.8.7. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de exaustão, existentes ou que venham a ser instalados em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado;

9.1.8.8. Manutenções preventivas e corretivas em coberturas, impermeabilizações, esquadrias, vidraçarias, gesso, forro, marcenaria, adaptação ou ajuste de mobiliários desta natureza, cortinas, persianas, pintura, alvenaria, divisórias, serralheria e soldagem, existentes ou que venham a ser instalados em até 48h (quarenta e oito horas) após a abertura do chamado;

9.1.8.9. Equipamentos de segurança (catracas, cancelas e portas giratórias) até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado e para finalizar em até 72h (setenta e duas horas);

9.1.8.10. Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, o que inclui sistema de proteção contra descargas atmosféricas, sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis, sistema de pressurização, de escada de emergência, sistema eletrônico de detecção de fumaça e alarme contra incêndios, sistema de iluminação de emergência, sistema de sinalização de segurança e emergência em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado e para finalizar em até 72h (setenta e duas horas);

9.1.8.11. Elevadores, devendo ser realizado o diagnóstico do problema em até 12h (doze horas) após a abertura do chamado e para finalizar em até 72h (setenta e duas horas);

9.1.8.12. Grupo motor gerador em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado e para finalizar em até 72h

(setenta e duas horas);

9.1.8.13. Nobreak em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado e para finalizar em até 72h (setenta e duas horas);

9.1.8.14. Subestação em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado e para finalizar em até 72h (setenta e duas horas);

9.1.8.15. Sistema de sonorização em até 24h (vinte e quatro horas) após a abertura do chamado e para finalizar em até 72h (setenta e duas horas);

9.1.8.16. Limpeza, higienização, lavagem e aplicação de bactericida, germicida e fungicida nos aparelhos, superfícies, partes internas e filtros do sistema de ar-condicionado a ser realizado a cada 6 (seis) meses;

9.1.8.17. Limpeza e higienização, em conformidade com as legislações pertinentes e as normas técnicas, das caixas d'água e dos reservatórios inferiores e superiores, existentes ou que venham a ser instalados a ser realizado a cada 6 (seis) meses;

9.1.8.18. Execução de serviços comuns de engenharia, não referidos à implantação de equipamentos de atividades policiais ou de sua manutenção, eventuais e sob demanda, tais como: mudanças de instalações; alterações de layout; instalação e remanejamento de circuitos elétricos e telefônicos; instalação de luminárias; instalações hidráulicas e sanitárias; bem como reconstituição de partes civis afetadas.

9.1.8.19. Promover visitas técnicas avulsas à edificação para diagnóstico e reparo de equipamentos que apresentarem problemas de funcionamento.

9.1.9. Fornecer recurso digital, a exemplo software/sistema digital de manutenção predial, destinado a aberturas de chamados pelos servidores/colaboradores da SR/PF/RO e que monitore em tempo real o fluxo de solicitações de manutenções, desde a sua abertura até a execução.

9.1.10. Pagar o prêmio de seguro complementar contrafogo;

9.1.11. Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o pagamento do prêmio de seguro complementar contrafogo, caso ocorra um sinistro dessa natureza;

9.1.12. Providenciar, pela preservação do imóvel, a contratação de seguro do imóvel contra sinistros de toda a espécie, não cabendo ressarcimento desse valor junto à locatária:

a) a locatária não responderá pelo custo de franquia do seguro contratado.

b) os danos ao imóvel decorrentes de sinistros, casos fortuitos ou de força maior, não cobertos pelo seguro contratado pela locadora correrão às suas custas.

9.1.13. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.1.14. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo o contratado designar outro para o exercício da atividade.

9.1.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Aviso, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.20. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.21. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso,

a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.24. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.27. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.30. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.1.31. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.1.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.34. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.35. Notificar a contratante, no caso de alienação do imóvel durante a vigência deste Contrato, para o exercício do direito de preferência na compra, devendo esta manifestar seu interesse no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação;

9.1.36. Informar à contratante quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;

9.1.37. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nas instalações do imóvel locado;

9.1.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.1.39. Fornecer à contratante Nota Fiscal/Recibo discriminando a parcela devida para fins de pagamento;

9.1.40. Pagar as despesas extraordinárias do imóvel, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros para sua manutenção.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos

dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 25% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 25% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado,

observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Unilateralmente pela contratante, formalizado por ato unilateral e escrito da Administração, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme o caso, nas seguintes situações:
 - a.1) Inexecução total ou parcial provocada pelo contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis previstas neste instrumento;
 - a.2) No interesse da Administração, devidamente justificado pela autoridade competente;
 - a.2.1. Nesta hipótese, rescindido nos primeiros 90 (noventa) meses de vigência, sem que o contratado tenha incorrido em descumprimento, a contratante, ora LOCATÁRIA, compromete-se a cumprir multa de até 18 (dezoito) meses de aluguel. Após esse período (de 90 meses), multa de 10% sobre o valor mensal do aluguel, multiplicado pelo número de meses restantes para completar a vigência contratual, segundo proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245, de 1.991 e no artigo 413 do Código Civil;
 - a.3) Ante a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
 - a.4) Nos casos enumerados nos incisos I a IV, VI a VII e IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
 - a.5) Ocorrendo a superveniência de fato que caracterize risco à posse do imóvel pela contratante, ou ao cumprimento dos prazos de entrega da obra e condições estabelecidas neste Contrato, tais como ações judiciais envolvendo o imóvel, hipotecas ou penhora.
- b) Consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de acompanhamento deste Contrato de Locação, desde que haja interesse da Administração;
 - b.1. Nos casos de rescisão amigável, a Locatária definirá o prazo de que necessita para liberação do imóvel, de modo a não acarretar prejuízos à prestação jurisdicional, fazendo constar no termo de rescisão.
- c) Judicial, nos termos da legislação.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3. Quando a rescisão ocorrer com base na Lei nº 14.133/21, art. 137, incisos V e VIII, desde que ausente a culpa da contratante, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, observado o limite da alínea a.2.1 da cláusula

anterior, quando for o caso.

13.3.1. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoração, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. Depois dos primeiros 180 (cento e oitenta) meses de vigência e ocorrendo a prorrogação do Contrato, a contratante poderá a qualquer momento rescindi-lo e devolver o imóvel, mediante notificação com 60 (sessenta) dias de antecedência, não tendo o Locador, nesse caso, direito a qualquer espécie de multa ou indenização, tais como perdas e danos ou lucros cessantes.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), [Lei nº 8.245, de 1991](#) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União - Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

A empresa (NOME DA EMPRESA), (nº do CNPJ), sediada (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), tendo examinado minuciosamente as normas específicas da nº, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, Aviso e respectivos anexos, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, declara expressamente:

1. Prestar, sob nossa integral responsabilidade, os serviços objeto do referido de em referência. Desta forma, o valor mensal é de R\$ _____ (____), o valor anual de R\$ _____ (____) e o valor GLOBAL (total em 180 meses) de R\$ _____ (____), conforme detalhado abaixo:

Identificação do Licitante:		
Item do TR	Informação	Coluna de informações a ser preenchida pelo participante
8.7. I - Descrição minuciosa do imóvel ou do terreno onde se pretende construir, contendo:	Endereço Completo:	
	Tipos de acesso:	
	Comércio ao redor:	
	Rede bancária nas proximidades:	
	Proximidade ao Centro Político Administrativo (Municipal)	

	Proximidade a outros órgãos:	
	Proximidade a rede hoteleira:	
	Linhas de transporte público (paradas de ônibus):	
	Demais dados relevantes quanto a localização:	
8.7. II - Identificação do tipo de via e condições do logradouro	(via duplicada, via de mão dupla ou não, tipo de pavimentação, existência de vagas de estacionamento ao longo do logradouro público, etc.)	
8.7.III – fotos do imóvel ou terreno	(anexar fotos do imóvel ou terreno, podendo constar desse campo "documento em anexo")	
8.7. IV - Quadro e detalhamento de áreas	a) Área existente (se for o caso):	
	b) Área construída total a ser destinada à SR/PF/RO	(indicar área construída TOTAL, desconsiderando as áreas de estacionamento e veículos apreendidos)
	c) Área de todas edificações do complexo destinado à SR/PF/RO (prédio principal e seus anexos, se houver)	Deve-se detalhar a área de cada edifício/prédio, bem como de cada setor, de acordo com Anexo I.1 - Concepção e Programa Arquitetônico SR/PF/RO e áreas mínimas, constantes no Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar (ETP), vide modelos no Anexo IV-A (detalhamento).
	d) Área e quantitativo de vagas de estacionamento	(indicar m² do local e número do quantitativo de vagas)
	e) Área e quantitativo de vagas destinado ao pátio de veículos apreendidos	(indicar m² do local e número do quantitativo de vagas)
	f) Área do terreno (m²)	
8.7.V – Memorial Descritivo	(anexar documento com as informações solicitadas no Item 8.7.V do TR, podendo constar desse campo "documento em anexo").	
8.7.VI – Concepção Arquitetônica	(anexar Partido/Concepção Arquitetônica contendo os itens solicitados no Item 8.7.VI do TR, podendo constar desse campo "documento em anexo").	
8.7. VII - Descrição <u>minuciosa</u> das seguintes soluções adotadas em relação à/ao(s):	Adoção de sistema fotovoltaico:	(Potência Pico do sistema em kWp; área total de ocupação dos painéis fotovoltaicos em m²; estimativa de geração média mensal do sistema em kWh/mês; porcentagem da economia de energia elétrica mensal proporcionada pelo sistema)
	Adoção de poço artesiano ou similar, quando inexistir óbice a sua implementação:	
	Reaproveitamento de águas:	
	Adoção de estação de tratamento de esgoto (ETE):	
	Sistemas de economia de energia:	

	Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta:		
8.7 – VIII – Declaração do conhecimento e atendimento dos documentos técnicos pertinentes a contratação	(anexar declaração do conhecimento e atendimento dos seguintes documentos técnicos: Caderno de Padronização da Polícia Federal e Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal, podendo constar desse campo "documento em anexo").		
8.7 – IX – Declaração atestando que não há qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a futura locação	Anexar declaração de não impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a futura locação.		
8.7 – X – Comprovação de regularidade do IPTU	Anexar documento de comprovação da regularidade do IPTU do imóvel ofertado.		
8.7. XI – Área utilizada para PRECIFICAR a proposta do proponente	(aquela que foi utilizada na metodologia para fins de cálculo de relacionados ao PREÇO DA PROPOSTA, conforme itens 4.10 e 4.10.1 do Termo de Referência)		
8.7 – XII – Valor locativo mensal:	Locação: R\$	Facilities: R\$	Total: R\$
8.7 – XIII – Valor locativo anual:	Locação: R\$	Facilities: R\$	Total: R\$
8.7 – XIV – Valor locativo: Preço total em 180 meses:	Locação: R\$	Facilities: R\$	Total: R\$
8.7. XV – Valor da locação por m² (metro quadrado) - R\$/m²	(contabilizado o valor das <i>facilities</i> de manutenção predial)		
8.7. XVI – No caso de existência de condomínio:	(Explicitar os serviços oferecidos em relação à operação, segurança e itens que julgarem relevantes; Valor do condomínio deverá estar contemplado e discriminado na proposta)		
8.7 – XVII – Certidão do Cartório de Registro de Imóveis e Escritura	Anexar certidão e escritura de modo a comprovar a regularidade do imóvel e a sua propriedade.		
Identificação do Proprietário do imóvel:			
Telefone e e-mail(s) para contato:			
Prazo para entrega definitiva (final) do imóvel: (.....) dias consecutivos, a contar da assinatura do termo de compromisso.		

Demais Informações:

Solução de Ar Condicionado:	() Central () Split Dutado () Self Contained () Outro:
Sanitários:	(nº total, por andar, por bloco conforme o caso)
Copas:	(nº por andar, por bloco conforme o caso)
Sala de reunião:	(nº por andar, por bloco conforme o caso)
Sistema construtivo adotado das vagas de estacionamento:	Especificar sistema adotado (ex.: subsolo, edifício garagem, sombrites, etc.)
Sistema de Controle de Acessos de Usuários:	() Sim () Não (Especificar solução adotada)
Sistema de Controle de Acessos de Visitantes com Identificação:	() Sim () Não (Especificar solução adotada)
Circuito Fechado de TV (CFTV):	() Sim () Não (Especificar solução adotada)

A edificação cumpre as exigências de acessibilidade (NBR 9050)	() Sim () Não
Se há ou não ofertas de vagas de estacionamento ao longo da via nas proximidades do imóvel ou terreno	() Sim () Não (Detalhar através de croqui/imagem aérea/satélite)
Distância aproximada de cabeamento em fibra ótica para acesso a rede de internet:	
Descrição das instalações existentes	(se houver)
Outras:	Demais itens julgados necessários para avaliação da proposta.

Obs. Vide item 8 do Termo de Referência - Forma e Critérios de Seleção do Licitante.

2. Esta proposta corresponde exatamente às exigências contidas no Aviso e seus Anexos, às quais adere formalmente.
3. Para a sua participação neste certame não incorreu na prática de atos lesivos à Administração Pública, elencados no art. 5º, IV, da Lei nº 12.846/13, estando ciente das penalidades a que ficará sujeito no caso de cometimento de tais atos.
4. Ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da contratação, bem como todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assumindo total responsabilidade por este fato.
5. Não possuir vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
6. Inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
7. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
8. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
9. Não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/98.
10. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção ou ainda familiar detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, assim como de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
11. Não há qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a futura locação. (caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos, cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação). (equivale a declaração do item 8.7 – IX do TR)
12. Executará os serviços de **construção e/ou adaptação** do imóvel a pessoa jurídica (razão social), CNPJ, situada a
13. Que observará os critérios de sustentabilidade aplicados a contratação e previstos na legislação vigente.
14. Declaramos que os preços contidos nesta proposta compreendem a integralidade de todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto. (corresponde a declaração do item 3.5.1 do Aviso)
15. O conhecimento e atendimento dos documentos técnicos pertinentes a contratação dos seguintes documentos: Caderno de Padronização da Polícia Federal e Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal e demais peças técnicas, vinculados ao instrumento convocatório em comento. (equivale a declaração do item 8.7 – VIII do TR)
16. A proposta oferecida de imóvel para o objeto da contratação, leva em conta todas as necessidades/especificidades contidas no Estudo Técnico Preliminar, Anexos (Programa Arquitetônico, Caderno de Características Técnicas Mínimas, Caderno de Padronização da Polícia Federal pela DEA, Manual de Identificação e Comunicação Visual da PF) e demais peças técnicas, vinculados ao presente instrumento.
17. Estamos cientes e aceitamos as condições dode nº SR/PF/RO, inclusive as fixadas para pagamento.
18. O responsável pela assinatura do Termo de Compromisso e Termo de Contrato, é o(a) Sr(a) -----RG nº ----- CPF nº -----, endereço -----.
19. Proposta válida por () dias (mínimo de 90 dias), a contar da data de sua apresentação.
20. Os contatos poderão ser efetuados através do telefone ----- e do e-mail-----, nome do responsável para contato-----.

Local e data.

Assinatura
(Representante legal)

ROL DE ANEXOS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR A PROPOSTA DE PREÇOS, observado o disposto no item 8.7 do Termo de Referência:

1. **Fotos do imóvel ou terreno**, identificando, no mínimo: fachadas, laterais, áreas internas e estacionamentos (se houver), existência de vegetação de médio e grande porte, imagens aéreas, mapa de localização urbana, etc.;
2. **Detalhamento das áreas** de cada edifício/prédio, observadas os quantitativos mínimos previstos – vide Modelo do **Anexo IV - A**.
3. **Memorial descritivo**, devendo conter, no mínimo, os seguintes itens:
 - a) Dados técnicos da edificação, abrangendo, no mínimo: tipologia estrutural, detalhamento do número de pavimentos e quadro de áreas (em conformidade com o item 8.7 - IV);
 - b) Serviços preliminares e instalações provisórias;
 - c) Tipo de fundações e movimentação de terra (se for o caso);
 - d) Tipologia de fundações, superestrutura, etc.;
 - e) Tipologia de paredes divisórias e painéis;
 - f) Revestimentos de paredes e pinturas;
 - g) Tipos de pisos;
 - h) Sistema arquitetônico da fachada principal do imóvel;
 - i) Elevadores - quantidade e especificações técnicas (quantidade de passageiros, peso máximo (em kg), etc);
 - j) Sistema de cobertura;
 - k) Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Drenagem;
 - l) Instalações do sistema fotovoltaico;
 - m) Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio - citar o sistema adotado de combate a incêndio;
 - n) Acessibilidade - citar critérios e parâmetros técnicos da acessibilidade nas edificações;
 - o) Instalações Elétricas;
 - p) Sistema de proteção de descargas atmosféricas;
 - q) Sistema de controle de acesso;
 - r) Climatização e ar condicionado - citar solução técnica adotada e suas especificações;
 - s) Paisagismo e urbanização;
 - t) Sistema construtivo das vagas de estacionamento cobertas e pátio de veículos apreendidos;
 - u) Demais itens que julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.
4. **Concepção arquitetônica**, devendo conter, no mínimo, os seguintes itens:
 - a) Planta de locação das edificações no terreno;
 - b) Programa arquitetônico completo, contendo: plantas de todos os pavimentos da edificação, detalhando o uso de cada ambiente e sua respectiva área;
 - c) Planta de locação das vagas de estacionamento e pátio de veículos apreendidos;
 - d) Tabela de ambientes contendo as áreas destinadas à cada setor;
 - e) Projeto da fachada com imagens renderizadas com visualização tridimensional (3D), sendo, no mínimo: a fachada principal e seus acessos;
 - f) Demais itens julgados necessários para descrição minuciosa da proposta.
5. **Comprovação de regularidade do IPTU** (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) do imóvel ofertado.
6. **Certidão do cartório de registro de imóveis e Escritura**, para comprovar a regularidade do imóvel e a sua propriedade.

ANEXO IV – A

Áreas de cada prédio/setor

Obs. As áreas destacadas em vermelho referem-se as mínimas previstas e poderão variar a maior a depender do projeto da licitante.

BLOCO	PAVIMENTO LOCALIZAÇÃO	MÓDULOS	AMBIENTES	ÁREA ÚTIL (m²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
	LOCALIZADO NO TÉRREO (OBRIGATÓRIO)	NÚCLEO DE DETENÇÕES E DELEGACIA DE DIA	HALL/RECONHECIMENTO 01	6,00	228,00
			HALL/RECONHECIMENTO 02	6,00	
			PARLATÓRIO	5,00	
			DETENÇÃO PROVISÓRIA MASC.	7,00	
			DETENÇÃO PROVISÓRIA FEM.	7,00	
			GABINETE PLANTÃO	15,00	
			PLANTÃO	15,00	
			REPOUSO PLANTÃO	12,00	
			IML	5,00	
			TRIAGEM DELEAQ	9,00	
			SALA DE ESPERA	40,00	
			ATENDIMENTO	12,00	
			SALA DE IDENTIFICAÇÃO	9,00	
			DELEAQ	28,00	
			CHEFIA DELEAQ	12,00	
			DELESP	28,00	
			CHEFIA DELESP	12,00	
		FOYER PRINCIPAL	HALL/ATENDIMENTO	45,00	91,00
			BANHEIRO PCD	4,00	
			ELEVADORES/ESCADA/SHAFTS/ÁREA TÉCNICA	30,00	
			SALA DE APOIO OAB	12,00	
		DELEGACIAS ADMINISTRATIVAS (DELEMIG)	SALA DE ESPERA	60,00	204,00
			ATENDIMENTO MIGRAÇÃO	36,00	
			ATENDIMENTO PASSAPORTE	36,00	
			GAB. CHEFIA DELEMIG	12,00	
			TRIAGEM	18,00	
			NCI (INTERPOL)	14,00	
			DELEMIG	28,00	
		PROTOCOLO	PROTOCOLO	25,00	25,00
		PREFEITURA/MANUTENÇÃO/TERC.	PREFEITURA	18,00	74,00
			APOIO MANUTENÇÃO	28,00	
			TERCEIRIZADO	28,00	
		SETOR NTI	NTI	50,00	100,00
			LABORATÓRIO NTI	18,00	
			DEPÓSITO NTI	20,00	
			SERVIDOR NTI	12,00	
		SETOR NAD	CHEFIA NAD	12,00	84,00
			NAD	28,00	
			DEPÓSITO NAD 01	22,00	
			DEPÓSITO NAD 02	22,00	
		BWC MASC./FEM./PCD (DESTINADO AO PÚBLICO)	BANHEIRO MASCULINO	15,00	32,00
			BANHEIRO FEMININO	13,00	
			BANHEIRO PCD	4,00	
		SALA DE IMPR./COM. SOCIAL	COMUNICAÇÃO SOCIAL	18,00	58,00
			SALA DE IMPRENSA	40,00	
		REFEITÓRIO	REFEITÓRIO	35,00	62,00
			COZINHA	12,00	
			DESCOMPRESSÃO	15,00	
		UAMB	CONSULTÓRIO	18,00	30,00
			PSICÓLOGO	12,00	
		SETOR CARTÓRIO	CHEFIA NUCART	12,00	100,00
			CHEFIA DEPÓSITO	12,00	
			NUCART	42,00	
			DEPÓSITO NUCART 1	20,00	
			DEPÓSITO NUCART 2 (DROGAS)	14,00	

BLOCO	PAVIMENTO LOCALIZAÇÃO	MÓDULOS	AMBIENTES	ÁREA ÚTIL (m²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
BLOCO PRINCIPAL	SEM RESTRIÇÃO DE PAVIMENTO	SETOR SGP	CHEFIA SGP	20,00	103,00
			SALA NUCAL	28,00	
			SALA NUPAG 1	15,00	
			SALA NUPAG 2	28,00	
			RECEPÇÃO SGP	12,00	
		SETOR SELOG	CHEFIA SELOG	12,00	144,00
			ASSESSORIA SELOG/SUB CHEFE	20,00	
			SALA FISCON	15,00	
			SALA GESCON	20,00	
			SALA CPL	20,00	
			SALA NEOF 1	42,00	
			SALA NEOF 2	15,00	
		SETOR DELEGACIAS - DELEPAT	CHEFIA GAB. 1	12,00	86,00
			GABINETE 2	12,00	
			CARTÓRIO 1	20,00	
			NA/NO 1	42,00	
		SETOR DELEGACIAS - DELEPREV	CHEFIA GAB. 1	12,00	86,00
			GABINETE 2	12,00	
			CARTÓRIO 1	20,00	
			NA/NO 1	42,00	
		SETOR DELEGACIAS - DRCC	CHEFIA GAB. 1	12,00	86,00
			GABINETE 2	12,00	
			CARTÓRIO 1	20,00	
			NA/NO 1	42,00	
		SETOR DELEGACIAS - DELINST	CHEFIA GAB. 1	12,00	86,00
			GABINETE 2	12,00	
			CARTÓRIO 1	20,00	
			NA/NO 1	42,00	
		SETOR DELEGACIAS - DELECOR	CHEFIA GAB. 1	12,00	86,00
			GABINETE 2	12,00	
			CARTÓRIO 1	20,00	
			NA/NO 1	42,00	
		SETOR DELEGACIAS - DMA	CHEFIA GAB. 1	14,00	174,00
			GABINETE 2	12,00	
			GABINETE 3	12,00	
			GABINETE 4	12,00	
			CARTÓRIO 1	20,00	
			CARTÓRIO 2	20,00	
			NA/NO 1	42,00	
			NA/NO 2	42,00	
		SETOR DELEGACIAS - DELEFAZ	CHEFIA GAB. 1	14,00	137,00
			GABINETE 2	12,00	
			GABINETE 3	12,00	
			CARTÓRIO 1	28,00	
			NA/NO 1	15,00	
			NA/NO 2	28,00	
			NA/NO 3	28,00	
		SETOR DELEGACIAS - DRE	CHEFIA GAB. 1	24,00	214,00
			GABINETE 2	12,00	
			CARTÓRIO 1	20,00	
			CARTÓRIO 2	20,00	
			NA/NO 1	28,00	
			NA/NO 2	28,00	
			NA/NO 3	50,00	
			REUNIÃO	20,00	
			SERVIDOR DRE	6,00	
			SALA DE ARMAS DRE	6,00	

BLOCO	PAVIMENTO LOCALIZAÇÃO	MÓDULOS	AMBIENTES	ÁREA ÚTIL (m²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)	
	LOCALIZADO NO PAV. COBERTURA (OBRIGATÓRIO)	SETOR DELEGACIAS - UNIDADE DE ANÁLISE	CHEFIA GAB. 1	14,00	156,00	
			GABINETE 1	12,00		
			GABINETE 2	12,00		
			CARTÓRIO 1	20,00		
			CARTÓRIO 2	20,00		
			NA/NO 1	28,00		
			NA/NO 2	50,00		
		SETOR SIP	CHEFIA GAB. 1	14,00	108,00	
			GABINETE 2	12,00		
			REUNIÃO (SIP)	20,00		
			ANÁLISE SIP	50,00		
			SERVIDOR (SIP)	4,00		
			SALA DE EQUIPAMENTOS (SIP)	8,00		
		SETOR NO/DREX	NO/DREX 1	42,00	96,00	
			NO/DREX 2	42,00		
			SALA DE ARMAS	12,00		
		SETOR GPI	PREPARAÇÃO/REUNIÃO (GPI)	30,00	42,00	
			SALA DE ARMAS (GPI)	12,00		
		SETOR NSD	NSD 1	28,00	28,00	
		FORÇA TAREFA	GABINETE FT 1	12,00	110,00	
			GABINETE FT 2	12,00		
			CARTÓRIO FT 1	15,00		
			CARTÓRIO FT 2	15,00		
			NA/NO FT 1	28,00		
			NA/NO FT 2	28,00		
		LOCALIZADO NO PAV. COBERTURA (OBRIGATÓRIO)	SETOR SR/DREX/DRPJ	GABINETE SR	40,00	209,00
				BWC SR	4,00	
				RECEPÇÃO SR/DREX/DRPJ	30,00	
				ASSESSORIA SR	15,00	
				ASSESSORIA DRPJ	15,00	
				CHEFE DRPJ	25,00	
				CHEFE DREX	25,00	
	ASSESSORIA DREX			15,00		
	RECRUTAMENTO DREX			15,00		
	REUNIÃO			25,00		
	SETOR CORREGEDORIA		CHEFE COR	25,00	101,00	
			ASSESSORIA COR/NUCOR	20,00		
			CHEFIA NUCOR	12,00		
			CHEFIA NUDIS	12,00		
			ASSESSORIA NUDIS/NUAIN	20,00		
			CHEFIA NUAIN	12,00		
	SETOR GTED		SALA GTED	42,00	62,00	
			REUNIÃO GTED	20,00		
	SETOR UCI/UGE/CONFREG.		CHEFIA UCI	12,00	54,00	
			CHEFIA UGE	12,00		
			APOIO UCI/UGE	15,00		
			CONFREG	15,00		
	REPETIR EM TODOS OS PAVIMENTOS	SALA DE REUNIÃO (3 MÓDULOS POR PAV.)	SALA DE REUNIÃO PADRÃO	20,00	60,00	
		SETOR COPA (3 MÓDULOS POR PAV.)	COPA	12,00	51,00	
			DML	5,00		
		BWC MASC./FEM/PCD (3 MÓDULOS POR 3 PAV.)	BANHEIRO MASCULINO	15,00	288,00	
			BANHEIRO FEMININO	13,00		
BANHEIRO PCD			4,00			
TOTAL BLOCO PRINCIPAL (M²)					3.655,00	
			LABORATÓRIO QUÍMICA INSTRUMENTAL	50,00		

BLOCO	PAVIMENTO LOCALIZAÇÃO	MÓDULOS LABORATÓRIO QUÍMICA INSTRUMENTAL	AMBIENTES	ÁREA ÚTIL (m²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
BLOCO SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO	SEM RESTRIÇÃO DE PAVIMENTO		PREP. AMOSTRAS	10,00	
			REAGENTES VIDRARIA	10,00	
		SALA TEC. INFORMATICA	SALA TÉCNICA INFORMÁTICA	25,00	50,00
		LOCAL DE CRIME	LOCAL DE CRIME/GPEX	25,00	
		LABORATÓRIO EVIDÊNCIAS	LABORATÓRIO EVIDÊNCIAS	55,00	65,00
			EVIDÊNCIAS REFRIGERADAS	10,00	
		LABORATÓRIO NID	NID/SALA ESCURA	14,00	54,00
			LABORATÓRIO NID	40,00	
		LABORATÓRIO INFORMÁTICA	LABORATÓRIO INFORMÁTICA	30,00	30,00
		LABORATÓRIO ELETROELETRÔNICA	LABORATÓRIO ELETROELETRÔNICA	30,00	30,00
		LABORATÓRIO DOCUMENTOSCOPIA	LABORATÓRIO DOCUMENTOSCOPIA	30,00	30,00
		ARMAZENAMENTO DE GASES	GASES	7,50	7,50
		DEPÓSITO PARA LABORATÓRIOS	DEPÓSITO GERAL SETEC	30,00	48,00
			DEPÓSITO DROGAS SETEC	9,00	
			DEPÓSITO ARMAS SETEC	9,00	
		SETOR DE IDENTIFICAÇÃO (NID)	PAPIOSCOPISTAS 1	28,00	110,00
			PAPIOSCOPISTAS 2	28,00	
			CHEFIA NID	12,00	
			SALA DE IDENTIFICAÇÃO	18,00	
			SALA DE CUSTÓDIA/MESA	12,00	
			EQUIPAMENTOS NID	12,00	
		SALAS PERITO (SETEC)	CHEFIA PERITOS	12,00	156,00
			RECEPCIONISTA SETEC	10,00	
			PROTOCOLO SETEC	8,00	
			SALA 1 PERITOS	18,00	
			SALA 2 PERITOS	18,00	
			SALA 3 PERITOS	18,00	
			SALA 4 PERITOS	18,00	
			SALA 5 PERITOS	18,00	
			SALA 6 PERITOS	18,00	
			SALA APOIO PERITOS	18,00	
		SALA DE REUNIÃO	SALA DE REUNIÃO PADRÃO	20,00	20,00
		SETOR COPA (1 MÓD. POR PAV.)	COPA	12,00	34,00
			DML	5,00	
		BWC MASC./FEM/PCD (2 MÓDULOS POR PAV.)	BANHEIRO MASCULINO	15,00	128,00
			BANHEIRO FEMININO	13,00	
			BANHEIRO PCD	4,00	
TOTAL BLOCO SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO (M²)					832,50
BLOCO ESTANDE DE TIRO E DEPÓSITOS	PAVIMENTO ÚNICO	ESTANDE DE TIRO	EXAUSTÃO	14,00	257,00
			COLETA DE PROJÉTEIS	9,00	
			PARA BALAS	36,00	
			PISTA	90,00	
			ÁREA DE INSTRUÇÃO	25,00	
			CONTROLE	12,00	
			LIMPEZA E RECARGA DE ARMAS	12,00	
			DEPÓSITO	7,00	
			ANTECÂMARA	10,00	
			LAVABO 1	4,00	
			LAVABO 2	4,00	
			GUARDA VOLUMES	9,00	
			TREINAMENTO	25,00	
				ATENDIMENTO GAT	

BLOCO	PAVIMENTO LOCALIZAÇÃO	MÓDULOS GAT	AMBIENTES	ÁREA ÚTIL (m²)	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
			GAT	12,00	
			DEPÓSITO ARMAS GAT	12,00	
		DEPÓSITOS MUNIÇÕES (GAT)	DEPÓSITO MUNIÇÕES	12,00	12,00
		DEPÓSITOS EXPLOSIVOS (GBE)	DEPÓSITO DE EXPLOSIVOS	12,00	12,00
		DEPÓSITOS INICIADORES (GBE)	DEPÓSITO DE INICIADORES	12,00	12,00
TOTAL BLOCO ESTANDE DE TIRO (M²)					323,00
BLOCO CENTRO DE TREINAMENTO	PAVIMENTO ÚNICO	BLOCO CENTRO DE TREINAMENTO	VESTIÁRIO MASCULINO	16,00	415,00
			VESTIÁRIO FEMININO	16,00	
			DEPÓSITO	7,00	
			ÁREA DE VIVÊNCIA	42,00	
			ACADEMIA	250,00	
			ÁREA DE APOIO DO CENTRO DE TREINAMENTO	84,00	
TOTAL BLOCO CENTRO DE TREINAMENTO (M²)					415,00
BLOCO CENTRO DE ARTICULAÇÕES OPERACIONAIS DE GRANDE PORTE	PAVIMENTO ÚNICO	CENTRO DE ARTICULAÇÕES OPERACIONAIS DE GRANDE PORTE	CENTRO DE ARTICULAÇÕES OPERACIONAIS DE GRANDE PORTE	300,00	333,00
			SOM/IMAGEM 01	6,50	
			SOM/IMAGEM 02	6,50	
			ANTESSALA	10,00	
			ANTESSALA	10,00	
TOTAL BLOCO CENTRO DE ARTICULAÇÕES OPERACIONAIS DE GRANDE PORTE (M²)					333,00
BLOCO CANIL	PAVIMENTO ÚNICO	CANIL	BANHEIRO PCD	3,50	63,00
			CONSULTÓRIO/BANHO E TOSA	18,00	
			BAIA 01	18,00	
			BAIA 02	18,00	
			DEPÓSITO	5,50	
TOTAL BLOCO CANIL (M²)					63,00
BLOCO NUTRAN/LAVA- JATO/PERÍCIA VEICULAR	PAVIMENTO ÚNICO	NUTRAN/LAVA-JATO/PERÍCIA VEICULAR	BANHEIRO PCD 01	3,75	144,50
			BANHEIRO PCD 02	3,75	
			LAVA JATO	30,00	
			OFICINA NUTRAN	20,00	
			CHEFIA NUTRAN	12,00	
			NUTRAN	28,00	
			DEPÓSITO NUTRAN	22,00	
			SETEC - PERÍCIA VEICULAR	20,00	
DEPÓSITO DE PEÇAS	5,00				
TOTAL BLOCO NUTRAN/LAVA-JATO/PERÍCIA VEICULAR (M²)					144,50
BLOCO GUARITA	PAVIMENTO ÚNICO	GUARITA 1	GUARITA	6,00	16,00
			HALL	3,00	
			COPA	4,00	
			BWC	3,00	
		GUARITA 2	GUARITA	6,00	16,00
			HALL	3,00	
			COPA	4,00	
			BWC	3,00	
TOTAL BLOCO GUARITA (M²)					32,00
			CASA DE BOMBAS	30,00	
			CENTRAL DE GASES	30,00	
			SALA DE SUBESTAÇÃO	65,00	

BLOCO BLOCO ÁREAS TÉCNICAS (RECOMENDAÇÕES)	PAVIMENTO LOCALIZAÇÃO DE ACORDO COM O PROJETO	MÓDULOS ÁREAS TÉCNICAS DIMENSIONADAS CONFORME PROJETOS ESPECÍFICOS	AMBIENTES	ÁREA ÚTIL (m²)	ÁREA ÚTIL TOTAL 259,00 (m²)
			AR CONDICIONADO (CHILLERS)	30,00	
			SALA DE GERADORES	30,00	
			SALA DE NOBREAK	30,00	
			SALA DE QGBT	30,00	
		LIXEIRA	LIXEIRA	14,00	
ÁREA DE CIRCULAÇÃO	DE ACORDO COM O PROJETO FINAL	CORREDORES, HALLS, ELEVADORES, ESCADAS	CORREDORES, HALLS, ELEVADORES, ESCADAS	941,00	941,00
TOTAL BLOCO ÁREAS TÉCNICAS (M²)					1.200,00
ÁREA TOTAL A CONSTRUIR					6.998,00
QUANTIDADE DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS COBERTO					294
QUANTIDADE DE VEÍCULOS APREENDIDOS					100



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MAGALHAES NASCIMENTO**, **Superintendente Regional**, em 07/11/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38382559&crc=5C11D9B4.
Código verificador: **38382559** e Código CRC: **5C11D9B4**.